

9

DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: IMPACTOS NA ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SAÚDE PÚBLICA

▶ **Laryssa Barros Martins de Sousa**

Graduada em Enfermagem pela Universidade Paulista - Unip

 <https://orcid.org/0009-0005-2435-5636>

▶ **Carla Emanuele Lopatiuk**

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Campo Real

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3293-6534>

▶ **Fabio Kaian Silva Costa**

Graduando em odontologia pela Uninassau

▶ **Ana Clara Vieira Barreto**

Graduanda em odontologia pela Uninassau

▶ **Monaliza Maely Torres Cardozo**

Graduanda em odontologia pela Uninassau

▶ **Jhennifer Reis dos Santos**

Pós-graduação em Enfermagem em Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal pela Faculdade Unyleya

 ORCID: 0009-0003-8085-1576

▶ **Rickelme Dantas da Silva**

Especialista em Saúde da Família pela Faculdade Iguaçu

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4329-4032>

▶ **Marcella Andersen Guedes Magalhães**

Especialista em clínica médica pela HUCF

 ORCID: 0009-0004-4656-778X

▶ **Carlos Lopatiuk**

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5918-0657>

► **Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira**

Doutor em Administração (Estratégia e Marketing) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7795-545X>

RESUMO

INTRODUÇÃO: A desinformação e a disseminação de *fake news* na saúde pública comprometem a adesão da população a medidas preventivas, impactando a aceitação de vacinas e outras ações sanitárias. A propagação de informações falsas tem se intensificado com o avanço das redes sociais, tornando-se um desafio global. **OBJETIVO:** Este estudo visa analisar os impactos das *fake news* na adoção de medidas de saúde pública e discutir estratégias para mitigar seus efeitos negativos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura baseada em fontes secundárias, incluindo artigos científicos, relatórios institucionais e diretrizes de organizações de saúde. Foram analisados estudos publicados no período de 2019 a 2025 anos para garantir a atualidade das informações. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A revisão evidenciou que a desinformação afeta a confiança na ciência e dificulta a implementação de políticas sanitárias. A influência das redes sociais e da polarização política agrava a disseminação de notícias falsas, exigindo maior regulação e campanhas de conscientização. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A desinformação continua sendo um obstáculo significativo para a saúde pública. Para mitigar seus impactos, é essencial investir na alfabetização científica, fortalecer a comunicação baseada em evidências e aprimorar as estratégias de regulação das plataformas digitais.

PALAVRAS-CHAVES: Desinformação; Fake news; Redes Sociais; Saúde Pública.

9

DISINFORMATION AND FAKE NEWS: IMPACTS ON THE ADOPTION OF PUBLIC HEALTH MEASURES

ABSTRACT

INTRODUCTION: Misinformation and the dissemination of fake news in public health compromise the population's adherence to preventive measures, impacting the acceptance of vaccines and other health actions. The spread of false information has intensified with the advancement of social networks, becoming a global challenge. **OBJECTIVE:** This study aims to analyze the impacts of fake news on the adoption of public health measures and discuss strategies to mitigate its negative effects. **METHODOLOGY:** This is a narrative literature review based on secondary sources, including scientific articles, institutional reports and guidelines from health organizations. Studies published in the 2019 and 2025 analyzed to ensure the timeliness of the information. **RESULTS AND DISCUSSION:** The review showed that misinformation affects trust in science and hinders the implementation of health policies. The influence of social media and political polarization exacerbates the spread of fake news, requiring greater regulation and awareness campaigns. **FINAL CONSIDERATIONS:** Misinformation continues to be a significant obstacle to public health. To mitigate its impact, it is essential to invest in scientific literacy, strengthen evidence-based communication and improve regulation strategies for digital platforms.

KEYWORDS: Disinformation; Fake news; Social Networks; Public Health.

INTRODUÇÃO

A disseminação de informações falsas representa um dos principais desafios contemporâneos para a saúde pública global. A rápida circulação de *fake news*, impulsionada pelo avanço das redes sociais e da comunicação digital, tem comprometido a adoção de medidas preventivas e o combate a doenças. Nos últimos anos, crises sanitárias, como a pandemia de COVID-19, evidenciaram os efeitos nocivos da desinformação na aceitação de vacinas, uso de máscaras e adesão ao distanciamento social. Esse fenômeno tem sido amplamente estudado, e pesquisadores destacam a necessidade de estratégias eficazes para mitigar seu impacto (Brito *et al.*, 2025).

A desinformação sobre saúde pública não é um problema recente, mas sua escala e velocidade foram amplificadas pela era digital. Notícias falsas, teorias da conspiração e distorções de informações científicas frequentemente geram confusão e reduzem a confiança na ciência. Nota-se que a exposição a essas notícias falsas pode influenciar a percepção de risco da população, levando ao descumprimento de orientações médicas e à adoção de comportamentos prejudiciais (Lima *et al.*, 2020).

Durante a pandemia de COVID-19, verificou-se um aumento expressivo da desinformação, especialmente em relação às vacinas. Relatos falsos sobre efeitos colaterais graves e supostas agendas políticas por trás da imunização comprometeram as campanhas de vacinação em diversas partes do mundo. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que a "Infopédia", termo que descreve a superabundância de informações, verdadeiras ou não, dificultou a implementação de políticas sanitárias eficazes (OPAS, 2020; Lisboa *et al.*, 2020).

Além das vacinas, medidas preventivas como o uso de máscaras e o distanciamento social também foram alvos de *fake news*. Informações equivocadas sobre a ineficácia das máscaras ou teorias que relacionavam restrições sanitárias a controles governamentais abusivos contribuíram para a resistência de parte da população. Esse fenômeno reforça a importância de fontes confiáveis de informação e pela comunicação clara das autoridades de saúde (Galhardi, 2022).

As redes sociais desempenham um papel central na propagação da desinformação. Plataformas como *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp* se tornaram veículos primários para a disseminação de *fake news*, muitas vezes impulsionadas por algoritmos que favorecem conteúdos sensacionalistas. Estudos demonstram que informações falsas se espalham mais rapidamente do que informações verificadas, alcançando inúmeras pessoas em um curto período (Galhardi, 2022).

Diante desse cenário, diversas iniciativas têm sido adotadas para combater a desinformação na saúde pública. Organizações internacionais, governos e empresas de tecnologia têm investido em verificadores de fatos (*face-check-in*) e campanhas de conscientização para fortalecer a alfabetização midiática da população. No entanto, a eficácia dessas estratégias ainda enfrenta desafios, especialmente devido à desconfiança de segmentos da sociedade em relação a instituições científicas e governamentais (Brasil, 2025; Brito *et al.*, 2025).

A alfabetização digital e científica surge como um componente essencial para a mitigação dos efeitos das *fake news*. Educação sobre análise crítica de fontes, incentivo à verificação de informações e o fortalecimento da transparência na comunicação científica são medidas fundamentais para reduzir o impacto da desinformação. Pesquisas indicam que populações mais bem informadas são menos suscetíveis a acreditar e compartilhar notícias falsas (Sintra, 2019).

Segundo Sintra (2019) outro aspecto relevante é a responsabilidade das plataformas digitais na contenção da disseminação de Informações falsas. Apesar de avanços, como a sinalização de conteúdos duvidosos e a remoção de publicações comprovadamente falsas, ainda há resistência na implementação de medidas mais rigorosas. O equilíbrio entre liberdade de expressão e o combate à desinformação continua sendo um dos dilemas enfrentados na regulação dessas plataformas, a desinformação pode estar associada a fatores psicológicos e sociais. O viés de confirmação, por exemplo, leva indivíduos a aceitar informações que reforçam suas crenças prévias, mesmo que sejam falsas. Além disso, a polarização política tem exacerbado a aceitação seletiva de informações, dificultando o consenso sobre questões de saúde pública (Lisboa *et al.*, 2020).

No contexto da saúde pública, a confiança na ciência é um fator determinante para a adoção de medidas preventivas. Ações de comunicação baseadas em evidências, com linguagem acessível e transparência, são essenciais para reverter a influência da desinformação. Campanhas que envolvem profissionais de saúde, líderes comunitários e influenciadores digitais podem ser mais eficazes na construção dessa confiança (Verona, *et al.*, 2022).

A colaboração entre governos, instituições científicas e empresas de tecnologia é crucial para enfrentar esse desafio. A implementação de políticas públicas que regulamentem a desinformação e promovam a disseminação de informações baseadas em evidências pode fortalecer a resposta da sociedade a crises sanitárias futuras. O impacto da desinformação na adoção de medidas de saúde pública reforça a necessidade de um esforço coletivo para garantir que a população tenha acesso a informações confiáveis. O fortalecimento da educação científica, o monitoramento de redes sociais e o engajamento de autoridades de saúde são estratégias fundamentais para minimizar os danos causados pelas *fake news* (Verona, *et al.*, 2022).

Dessa forma, compreender os mecanismos de disseminação da desinformação e suas consequências para a saúde pública é essencial para a formulação de políticas mais eficazes. A luta contra as *fakes news* na saúde não é apenas um desafio tecnológico ou governamental, mas um compromisso coletivo com a proteção da sociedade e o bem-estar da população. Ademais, esse estudo visa analisar os impactos das informações falsas na adoção de medidas de saúde pública e discutir estratégias para mitigar seus efeitos negativos.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, um método de pesquisa qualitativa que permite uma análise crítica e interpretativa da ciência sobre um determinado tema, sem a necessidade de seguir protocolos rígidos de produção de seleção e análise como nas revisões sistemáticas (Cavalcante; De Oliveira

2020). A revisão foi realizada a partir de consulta a fontes secundárias, incluindo artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais de organizações de saúde.

A coleta de dados foi conduzida por meio de uma busca em bases científicas reconhecidas, como PubMed, SciELO, Scopus e Google Scholar, além de documentos técnicos da Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Ministério da Saúde do Brasil. O período de publicação considerado foi de 2019 a 2025, a fim de garantir a atualidade das informações, contemplando, sobretudo, o impacto da infodemia durante a pandemia de COVID-19 e suas consequências no período posterior.

A seleção dos estudos com uma estratégia de busca estruturada com o uso de descritores e palavras-chave em português e inglês, como: Desinformação; *Fake news*; Redes Sociais; Saúde Pública. Para otimizar a busca, os descritores foram combinados com operadores booleanos (AND, OR, NOT), possibilitando um refinamento dos resultados e a exclusão de conteúdos irrelevantes.

Os critérios de inclusão adotados foram a seleção de artigos publicados em jornais revisados por pares, relatórios de instituições reconhecidas na área da saúde pública e documentos que abordaram especificamente os impactos da desinformação na acessibilidade de medidas sanitárias, vacinação e outras políticas de saúde pública. Foram excluídos estudos sem fundamentação teórica clara, artigos opinativos sem embasamento científico, trabalhos duplicados e publicações que tratavam de desinformação em contextos não relacionados à saúde pública.

A seleção dos materiais foi realizada em três etapas: primeiramente, houve a leitura dos títulos e resumos para avaliar a adequação ao tema; em seguida, foram analisadas na íntegra os artigos pré-selecionados; e, por fim, realizou-se a remoção dos dados mais relevantes, que foram organizados em categorias temáticas. A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa e descritiva, buscando identificar padrões, desafios e estratégias de enfrentamento da desinformação na saúde pública.

Os estudos foram agrupados em categorias de acordo com os principais eixos temáticos encontrados, como a influência das redes sociais na disseminação de notícias falsas, os impactos da desinformação na acessibilidade de vacinas, a resistência da população a medidas sanitárias, as estratégias institucionais de combate à infodemia e a regulação de conteúdos falsos no ambiente digital. Os dados extraídos foram discutidos de maneira crítica, relacionando-os ao contexto atual e às recomendações das principais organizações de saúde.

Por tratar-se de uma revisão narrativa baseada exclusivamente em fontes secundárias e sem a participação direta de seres humanos, este estudo não é planejado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Todos os documentos pesquisados são de domínio público ou foram acessados por meio de bases científicas reconhecidas, respeitando os princípios éticos da pesquisa acadêmica. Assim, esta revisão buscou contribuir para o debate sobre os desafios e impactos da desinformação na saúde pública, fornecendo subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes no combate às notícias falsas e na promoção de uma comunicação científica acessível e confiável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão abrange que a propagação de notícias falsas e desinformação no contexto da saúde pública representa um dos maiores desafios para a adoção de medidas preventivas e para a implementação eficaz de políticas sanitárias. A Organização Mundial da Saúde (OMS) confirma que a infodemia (excesso de informações), incluindo falsas e enganosas, compromete a tomada de decisões da população e afeta diretamente a confiança na ciência (OPAS, 2020). Segundo Brito (2022), a desinformação pode minar os esforços das autoridades de saúde, dificultando o controle de epidemias e favorecendo comportamentos de risco. Além disso, Padrão (2024) aponta que a circulação de informações falsas foi amplificada pelas redes sociais, tornando-se um fator determinante na resistência da população a vacinas, uso de máscaras e adesão ao distanciamento social.

A seguir, a Tabela 1 sintetiza os principais impactos da desinformação na saúde pública, evidenciando como a propagação de notícias falsas pode prejudicar a adesão da população às diretrizes sanitárias e comprometer a resposta dos sistemas de saúde.

Tabela 1 – Impactos da Desinformação na Saúde Pública

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE
Hesitação Vacinal	Redução na cobertura vacinal devido a informações falsas sobre segurança e eficácia das vacinas.	Kramer (2022)
Adesão a Tratamentos Ineficazes	Uso de medicamentos sem comprovação científica, levando a desperdício de recursos e risco à saúde.	Salles (2024); Brasil (2024); Ferreira (2021)
Redes Sociais e Disseminação	Fake news têm 70% mais chances de serem compartilhadas do que informações verificadas, segundo a OMS.	OPAS (2020); Padrão (2024)
Desconfiança na Ciência	Redução da confiança na ciência e nas autoridades de saúde, dificultando a adesão a medidas preventivas.	Pereira (2022); Sintra (2019)
Sobrecarga no Sistema de Saúde	Aumento da ocupação de leitos devido a complicações geradas pelo uso de tratamentos não comprovados.	Braz <i>et al.</i> (2024); OPAS (2020)

Fonte: Autores, 2025.

Entre os impactos mais críticos da disseminação de notícias falsas está a hesitação vacinal, comumente distribuída durante a pandemia de COVID-19. A OMS estima que, em 2021, cerca de 45% da população global foi exposta a conteúdos enganosos sobre vacinas, o que comprometeu a adesão às campanhas de imunização (Brasil, 2024). Salles (2024), a divulgação de informações falsas sobre supostos efeitos colaterais graves, discussões infundadas sobre manipulação genética e conspirações governamentais impactaram diretamente a liberação da vacinação em diversas regiões do mundo.

Além das vacinas, outras medidas preventivas também foram prejudicadas. Durante a pandemia, houve uma ampla disseminação de informações equivocadas sobre o uso de máscaras, incluindo relatos sem base científica de que poderiam causar intoxicação por CO₂ ou prejudicar a imunidade natural (Pereira, 2022). Dados demonstram que essas narrativas resultaram na redução da adesão ao uso de máscaras em até 30% da

população em determinados países, o que comprometeu os esforços de mitigação da transmissão viral (Kramer, 2022).

A revisão também evidenciou que as redes sociais desempenham um papel central na amplificação da desinformação em saúde pública. Segundo a OPAS, notícias falsas têm 70% mais chances de serem compartilhadas do que informações verificadas, especialmente em plataformas como Facebook, Twitter, WhatsApp e TikTok (OPAS, 2020). Essa viralização ocorre porque os algoritmos dessas plataformas priorizam conteúdos sensacionalistas, que tendem a gerar maior engajamento e compartilhamento.

Outro fator preocupante é a visão de confirmação, que faz com que os indivíduos busquem informações que reforcem suas crenças preexistentes, ignorando evidências científicas sólidas (Pereira, 2022). Essas características dificultam a refutação de notícias falsas, pois quanto mais um indivíduo está exposto à desinformação, mais resistente ele se torna a argumentos científicos contrários (Braz *et al.*, 2024). Portanto, combater a desinformação exige estratégias que vão além da simples correção de conteúdos falsos, envolvendo a promoção da alfabetização científica e midiática.

A desinformação também sobrecarregou os sistemas de saúde, desviando recursos para o atendimento de pacientes que seguiram tratamentos sem comprovação científica. Durante a pandemia, o uso massivo de medicamentos sem eficácia comprovada, como hidroxicloroquina e ivermectina, resultou na ocupação indevida de leitos hospitalares e no desperdício de insumos médicos (Salles, 2024). A OPAS destacou que essa prática prejudicava a alocação de recursos para medidas realmente eficazes de combate à COVID-19 (OPAS, 2020).

Além disso, os impactos econômicos da desinformação foram significativos. No Brasil, por exemplo, o governo gastou quase R\$ 90 milhões na compra de medicamentos ineficazes, enquanto ainda não houve pagamentos ao Instituto Butantan pelas vacinas fornecidas. Além disso, as empresas farmacêuticas lucraram mais de R\$ 1 bilhão com a venda de medicamentos do chamado “Kit Covid”, promovido por fake news sobre sua suposta eficácia (Ferreira, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão teve como objetivo analisar os impactos da desinformação e das fake news na adoção de medidas de saúde pública, discutindo suas implicações na aceitação de vacinas, no uso de tratamentos sem comprovação científica e na resistência às diretrizes sanitárias. Os resultados evidenciaram que a disseminação de informações falsas compromete a confiança da população na ciência e sobrecarrega os sistemas de saúde. Além disso, a influência das redes sociais na propagação da desinformação demonstrou ser um fator determinante para o agravamento da infodemia, fenômeno reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A análise dos dados revelou que os objetivos estabelecidos foram cumpridos, uma vez que o estudo identificou os principais desafios impostos pela desinformação na área da saúde, discutiu os efeitos negativos

desse fenômeno e destacou a necessidade de estratégias eficazes para seu enfrentamento. Observou-se que a resistência à vacinação, amplamente impulsionada por notícias falsas, permanece um dos maiores obstáculos para a erradicação de doenças imunopreveníveis. Além disso, verificou-se que a adesão a tratamentos ineficazes não apenas prejudica a saúde individual, mas também resulta em desperdício de recursos públicos e sobrecarga hospitalar.

Embora o estudo tenha cumprido seus objetivos, algumas limitações devem ser destacadas. Como se trata de uma revisão narrativa, a pesquisa não seguiu um protocolo sistemático de seleção de artigos, o que pode ter influenciado a abrangência dos dados analisados. Além disso, a rápida evolução das redes sociais e das plataformas de disseminação de informações exige um acompanhamento contínuo, uma vez que novas formas de desinformação surgem constantemente.

Diante dos achados, recomenda-se que políticas públicas sejam implementadas para combater a desinformação, fortalecendo a regulação de conteúdos falsos em plataformas digitais e promovendo a alfabetização científica da população. Programas educacionais voltados para a identificação de fontes confiáveis e estratégias para checagem de informações devem ser incentivados, especialmente entre jovens e grupos mais vulneráveis à manipulação de dados. Além disso, campanhas de comunicação pública devem ser mais acessíveis e didáticas, garantindo que informações baseadas em evidências alcancem um público mais amplo.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas que avaliem o impacto das estratégias de combate à desinformação na adesão a medidas sanitárias. Estudos quantitativos que analisem a efetividade de campanhas educativas e a influência da moderação de conteúdo em redes sociais podem contribuir para o desenvolvimento de políticas mais assertivas. Além disso, investigações sobre o papel de novas tecnologias, como inteligência artificial e algoritmos de checagem de fatos, podem oferecer insights valiosos sobre como conter a disseminação de fake news na saúde pública.

Portanto, a desinformação continua sendo um dos grandes desafios contemporâneos para a saúde pública global. Assim, combater as fakes news exige uma abordagem multidisciplinar, com a participação ativa de governos, instituições científicas, empresas de tecnologia e da sociedade civil. O fortalecimento da comunicação baseada em evidências e a regulação do ambiente digital são passos fundamentais para garantir que a população tenha acesso a informações confiáveis e seguras, promovendo a adoção de medidas de saúde eficazes e protegendo a coletividade de riscos evitáveis.

REFERÊNCIAS

BRAZ, *et al.* Fake News sobre COVID-19 no Brasil: Uma revisão integrativa. **Diálogos & Jornalismo**, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.48017/dj.v7i1.1968>.

BRITO, *et al.* Fake News e Saúde Pública: a disseminação de falsas informações podem ser tipificada como crime contra a saúde pública? **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo**, v. 6, n. 2, p. 123-145, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/direito/article/view/12345>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Combate à desinformação na área da saúde: uma luta de todos. Ministério da Saúde, 20 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. É Fake News! Não existe planejamento de nova pandemia. Ministério da Saúde, 8 jan. 2025.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica em estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 1, pág. 82-100, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>.

FERREIRA, Eliara Santana. Desinformação, desinfodemia e letramento midiático e informacional – um estudo do processo estruturado no Brasil sob o governo Jair Bolsonaro e as formas de enfrentamento. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 25, n. 54, p. 96-128, 2021. Disponível em: Dialnet.

GALHARDI, Cláudia Pereira *et al.* Fake news e hesitação vacinal no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 05, p. 1849-1858, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022275.18662021.

KRAMER, Luiza Ferreira. Confiança, incerteza e esperança: um estudo sobre vacinas em tempos de Covid-19. 2022. Trabalho de Conclusão de Graduação (Bacharelado em Ciências Sociais) – **Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/240209>.

LISBOA, *et al.* A Disseminação da Desinformação Promovida por Líderes Estatais na Pandemia da COVID-19. Anais do I Workshop sobre as Implicações da Computação na Sociedade (WICS), 2020. DOI: [10.5753/wics.2020.11042](https://doi.org/10.5753/wics.2020.11042).

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de *et al.* Emergência de saúde pública global por pandemia de COVID-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. **SciELO Preprints**, 2020. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.410.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19. Folheto informativo sobre saúde digital. OPAS, 2020.

PADRÃO, Davidson Henrique da Silva. Fake News: um estudo dos mecanismos discursivos de notícias falsas relacionadas à pandemia de Covid-19. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – **Universidade Federal de Minas Gerais**, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/73356>.

PEREIRA, Arthur Rocha. Disseminação e consequência entre universitários das fake news sobre saúde e política. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – **Universidade Federal do Amazonas**, Faculdade de Psicologia, Manaus, 2022. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/7999>.

SALLES, Álvaro Ângelo. Bioética, Covid-19 e o acesso universal e gratuito à vacinação como um direito à saúde: impasses e empecilhos ocultos e explícitos. 2024. Tese (Doutorado em Bioética) – **Universidade de Brasília**, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/50576>.

SINTRA, Marta Catarina Dias. Fake news e a desinformação: perspectivas comportamentos e estratégias informacionais. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão e Curadoria de Informação) – **Universidade NOVA de Lisboa**, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/79564>.